



**RIO GRANDE
DO NORTE**

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

A N O S

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

EDITAL Nº 90043/2024

Processo nº 00610014.001839/2024-12

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90043/2024**

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo prover as especificações técnicas e estabelecer as normas gerais e específicas referentes à prestação dos **serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222 DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA - (Orgânico e Comum)**, originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte localizadas no **município de Natal/RN**, descritas no **Anexo I do Termo de Referência**, visando instruir procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada no ramo, considerando o disposto na Lei Federal nº. 11.445/2007, Lei Municipal de Natal/RN nº. 6.880/2019, e atualizações, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, bem como demais dispositivos aplicáveis.

Tipo de disputa: **menor preço por item.**

IMPORTANTE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/09/2024.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 925550

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF**.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA - 06/SETEMBRO/2024.

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

Comissão Permanente de Licitação

Email: sesap.cpl@gmail.com

WhatsApp: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasNet: www.gov.br/compras/pt-br e www.compras.rn.gov.br

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA - tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislação estadual aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Prestação dos **serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222 DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA - (Orgânico e Comum)**, originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte localizadas no **município de Natal/RN**, descritas no **Anexo I do Termo de Referência**, visando instruir procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada no ramo, considerando o disposto na Lei Federal nº. 11.445/2007, Lei Municipal de Natal/RN nº. 6.880/2019, e atualizações, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, bem como demais dispositivos aplicáveis.

1.1. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.2. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

2.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

2.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

2.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.10. **Não poderão participar deste Pregão:**

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo.

3. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 3.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 3.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 3.7. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ões)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.
- 3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.5. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.
- 4.6. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes

campos:

- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;
- Fabricante;
- Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);
- *Valor total do item*;
- *Valor unitário*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação da empresa.

5.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo quatro casas decimais após a vírgula e estarem incluídas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

5.5. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).*

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

- a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

6.16.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

6.16.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

6.17. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

6.18. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático do sistema entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
2. empresas brasileiras;
3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.35. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, de 24(vinte e quatro) horas e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.11. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.13. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter

alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.14. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.15. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.16. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.17. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.18. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.19. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.20. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

7.21. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública Comissão Permanente de Licitação Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - 9º andar, CEP: 59025-600 - Natal - RN CNPJ: 08.241.754/0001-45.

7.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

7.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

7.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

7.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

7.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

7.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em

exercício, ou

7.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

7.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

7.23.3. Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;

7.23.5. Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.6. Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.23.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

7.23.9. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.23.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.23.11. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.23.12. Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem o(s) documento(s) elencados neste item.

7.24. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.24.1. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual 19.938/2007;

7.24.2. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.24.3. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

7.24.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

7.24.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.24.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.24.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

7.24.8. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo

vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análises contábeis, não restringindo a ampla concorrência.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Conforme termo de referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso de forma fundamentada.

9.5.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.6.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo [provedor do sistema eletrônico](#), sob pena de desclassificação.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

10.1.3. Para continuidade de negociações pendentes;

10.1.4. Para realização de diligências.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no

edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.2. Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou seu não-comparecimento para assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

12.3. O disposto no Item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame;

12.4. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. Conforme termo de referência e minuta contratual (anexos ao edital).

14. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Conforme termo de referência.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Conforme termo de referência.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. No caso de formalização de contrato:

16.2.1. os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

16.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

16.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

17.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação

financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

17.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

17.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

18. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Conforme termo de referência.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO

Dar causa à inexecução parcial do contrato

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

POSSÍVEL SANÇÃO

Advertência.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar;

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

19.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

19.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade

poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

19.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

19.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

19.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

19.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.22.2. pagamento da multa;

19.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

21.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

21.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

21.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 27531976;
- ANEXO II - Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO III - Minuta de Contrato; 28648315
- ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar. 28601262

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LIQUIDO DO ITEM R\$ _____					

O preço total da presente proposta é de R\$: _____ (_____). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de _____ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:
- Banco _____,
- Nº da conta: _____,
- Agência _____,
- Telefone para contato _____
- E-mail _____.
4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

_____/RN, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo

Diretor ou representante legal - RG/CPF

(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)



**RIO GRANDE
DO NORTE**

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

A N O S

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.saude.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610014.001839/2024-12

1. OBJETIVO

O presente termo de referência tem como objetivo prover as especificações técnicas e estabelecer as normas gerais e específicas referentes à prestação dos **serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222 DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA - (Orgânico e Comum)**, doc. id. 27531978, originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do norte localizadas no **município de Natal/RN**, descritas no **Anexo I**, visando instruir procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada no ramo, considerando o disposto na Lei Federal nº. 11.445/2007, Lei Municipal de Natal/RN nº. 6.880/2019, e atualizações, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, bem como demais dispositivos aplicáveis.

2. OBJETO

Item	Descrição	Catser	Medida	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade Estimada Anual
------	-----------	--------	--------	----------------------------	---------------------------

Contratação de empresa para execução de **serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA (Orgânico e Comum)**, a ser executado por caminhão coletor de lixo apropriado, de resíduos originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do norte localizadas no **município de Natal/RN**.

01	Hemonorte - 3.500 kg/mês - 42.000 kg/ano CERAE - 1.500 kg/mês - 18.000 kg/ano Hosp. Geral João Machado - 13.000 kg/mês - 156.000 kg/ano Hosp. Giselda Trigueiro - 15.000 kg/mês - 180.000 kg/ano Hosp. José Pedro Bezerra - 30.000 kg/mês - 360.000 kg/ano Hosp. Maria Alice Fernandes - 20.000 kg/mês - 240.000 kg/ano Hosp. Mons. Walfredo Gurgel - 50.000 kg/mês - 600.000 kg/ano	14265	KG	133.000	1.596.000
----	---	-------	----	---------	-----------

A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços se enquadra como serviço comum e será realizada através de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do art. 28, inciso I da Lei 14.133/2021, conforme descrição contida neste Termo de Referência.

Considerando que os serviços aqui contratados serão prestados de forma contínua e que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da SESAP, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público, bem como o cumprimento da missão Institucional. Portanto, esta contratação caracteriza-se como Serviços Continuados, conforme art. 6º, XV da Lei nº 14.133/2021.

O contrato terá vigência pelo período de 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Para preenchimento da proposta de preços o proponente deverá verificar todas as exigências e especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

3. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização da Demanda (id. 27091606) e/ou dos Estudos Técnicos Preliminares (id. 27091608). No entanto, justificamos ainda os seguintes pontos:

1. Garantia de Conformidade com Normas e Regulamentações

A contratação de uma empresa especializada assegura que todas as etapas do gerenciamento de resíduos, desde a coleta até a destinação final, sejam realizadas de acordo com as normas e regulamentações vigentes, como as estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos reguladores. Isso é crucial para evitar penalidades legais e garantir a conformidade ambiental e sanitária.

2. Redução de Riscos à Saúde Pública

Resíduos hospitalares, mesmo os considerados lixo comum, podem representar riscos significativos à saúde pública se não forem geridos adequadamente. Empresas especializadas têm a expertise necessária para manejar esses resíduos de forma segura, minimizando o risco de contaminação e propagação de doenças.

3. Eficiência Operacional

Empresas de gestão de resíduos possuem equipamentos, veículos e tecnologias avançadas que permitem a coleta e transporte eficientes dos resíduos. Isso reduz o tempo de armazenamento dos resíduos na unidade hospitalar, minimizando o risco de acidentes e contaminações no local.

4. Treinamento e Capacitação

Empresas especializadas frequentemente fornecem treinamento e capacitação para os funcionários da unidade hospitalar sobre práticas seguras de segregação e manejo de resíduos. Isso melhora a eficiência e a segurança das operações internas relacionadas ao gerenciamento de resíduos.

5. Impacto Ambiental Reduzido

A destinação inadequada de resíduos pode causar sérios danos ambientais, incluindo contaminação do solo e da água, poluição do ar e impactos negativos na fauna e flora locais. Empresas especializadas garantem que os resíduos sejam destinados a locais apropriados, como aterros sanitários licenciados ou instalações de reciclagem, minimizando o impacto ambiental.

6. Controle e Monitoramento

Empresas especializadas oferecem sistemas de controle e monitoramento de todo o processo de gerenciamento de resíduos. Isso inclui relatórios detalhados e auditorias periódicas, garantindo a transparência e a rastreabilidade do manejo dos resíduos, além de possibilitar ajustes e melhorias contínuas no processo.

7. Economia de Recursos

Embora a contratação de uma empresa especializada represente um custo inicial, ela pode resultar em economias a longo prazo. A eficiência na coleta e destinação dos resíduos reduz os gastos com limpeza, manutenção e possíveis multas por não conformidade. Além disso, a reciclagem e a reutilização de materiais podem gerar receitas adicionais.

8. Responsabilidade Social e Imagem Institucional

A gestão adequada de resíduos reflete o compromisso da unidade hospitalar com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Isso melhora a imagem institucional perante a comunidade, pacientes e colaboradores, reforçando a reputação da unidade hospitalar como uma instituição preocupada com o meio ambiente e a saúde pública.

9. Especialização e Conhecimento Técnico

Empresas de gestão de resíduos possuem conhecimento técnico especializado, estando atualizadas com as melhores práticas e tecnologias do setor. Essa expertise é fundamental para a implementação de soluções eficazes e inovadoras no gerenciamento de resíduos hospitalares.

A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de lixo comum para uma unidade hospitalar pública é uma medida essencial para garantir a conformidade legal, a proteção ambiental, a saúde pública e a eficiência operacional. Tal contratação proporciona uma gestão integrada e sustentável dos resíduos, refletindo o compromisso da instituição com a excelência nos serviços prestados e com a responsabilidade socioambiental.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. LOCAL DE COLETA E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1.1. A coleta dos resíduos deverá ser executada porta a porta em todas as unidades indicadas no ANEXO 1 - LOCAIS DE COLETA, com frequência de retirada diária pela CONTRATADA, **de segunda-feira a sábado, no período diurno, compreendido entre 06:00 às 18:00 horas**, exceto feriados e quando o Aterro Sanitário localizado na cidade de Ceará-Mirim não estiver em funcionamento, com a utilização de caminhões coletores apropriados, que a transportará ao Aterro Sanitário que deverá ser licenciado pelos Órgãos competentes, atendendo as exigências definidas pelas Leis, Normas, Decretos e suas atualizações, que regulamentam a prestação de serviços;

4.2. COLETA, TRANSPORTES, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS:

4.2.1. Os coletores de lixo deverão atender a quantidade e qualidade mínima exigida para execução do Serviço, devendo ser fornecidos de acordo com a NBR - ABNT 15.911;

4.2.2. No momento da coleta deverá ser aferida a medição do peso dos resíduos com comprovantes individuais para cada gerador;

4.2.3. Caso a empresa esteja impossibilitada de executar os serviços nos dias previstos, não será permitida a interrupção por mais de 24 (vinte e quatro) horas para a execução dos mesmos, ainda que recaia em dias de feriados civis ou religiosos;

4.2.4. Quanto aos colaboradores, deverão estar devidamente uniformizados, e cumprir todas as normas de segurança do trabalho em vigor. É obrigatório o uso dos EPIs e EPCs;

4.2.5. Fica a cargo da contratada a indicação da balança utilizada na aferição dos serviços, que deverá ser aprovada junto ao órgão competente (a balança deverá ter laudo de aferição emitido por órgão oficial com periodicidade semestral comprovando a calibração em garantia da mesma);

4.2.6. O fornecimento das balanças é de total responsabilidade da contratada;

4.2.7. O manuseio, reparo ou troca dos coletores é de total responsabilidade da contratada;

4.2.8. Na identificação de imperfeições, danos, avaria ou quebra dos coletores, relatada pela equipe de fiscalização, a Contratada será notificada, tendo o prazo máximo de 5 (cinco) dias para substituição ou consertos dos itens danificados;

4.2.9. A Contratada deverá disponibilizar de forma permanente 2 coletores reservas para eventuais substituições dos titulares, caso seja necessária troca imediata;

4.3. **INFORMAÇÕES GERAIS**

4.3.1. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS:

4.3.1.1. Os resíduos de saúde ser transportados em veículos da empresa contratada, adequados, segundo as normativas, para transporte dos itens constantes neste contrato de acordo com cada especificidade e garantindo a segurança do meio ambiente e dos operários até o destino final, onde será tratado e depositado em aterro sanitário apropriado e devidamente licenciado, de responsabilidade da Contratada;

4.3.1.2. Os veículos e demais equipamentos necessários à execução dos serviços ora contratados deverão ser adequados e suficientes para atendimento da contratação objeto deste expediente, sendo que as marcas, modelos e outras, características não solicitadas neste Termo de Referência, ficam a critério da contratada;

4.3.1.3. Os veículos e equipamentos deverão apresentar-se dentro da legalidade e em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, durante a execução do contrato.

4.3.2. PESSOAL

4.3.2.1. Competirá à contratada a admissão e demissão de pessoal dentro das exigências das leis trabalhistas, necessários à prestação dos serviços;

4.3.2.2. Os funcionários devem se apresentar aos serviços devidamente uniformizados, capacitados à realização das especificidades das atividades e munidos de equipamentos de segurança e de todos os materiais necessários à execução dos serviços.

4.3.3. PLANEJAMENTO

4.3.3.1. A Contratada deverá executar o plano proposto na presente contratação, não se admitindo modificações posteriores sem a prévia autorização da SESAP/RN;

4.3.3.2. Os horários e frequência pré-estabelecidos dos serviços deverão ser rigorosamente obedecidos;

4.3.3.3. Compete à contratada comunicar aos geradores dos resíduos e aos fiscais de contrato as irregularidades encontradas;

4.3.3.4. Persistindo as irregularidades a empresa deverá comunicar o fato às Secretarias do Meio Ambiente e da Saúde.

5. **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Sub ações:

238201 Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências

238401 Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia

238301 Manutenção do Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Especializada

6. **RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1. A EMISSÃO da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

6.2. No primeiro dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

6.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação solicitada, da seguinte forma:

6.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato em até três dias úteis;

6.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no

todo ou me parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

6.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

6.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciando deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

6.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

6.11. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á com realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, obedecendo às seguintes diretrizes:

6.12. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.13. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

6.14. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

6.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

6.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7. **ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM**

Trata-se de serviço comum, de caráter continuado, SEM fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

8. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)**

8.1. O valor estimado da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (id. 27091608).

8.2.

9. **VIGÊNCIA CONTRATUAL**

9.1. O Contrato terá vigência e validade de 5 (cinco) anos, contados da assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

10. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

para licitar ou contratar.
Declaração de inidoneidade
para licitar ou contratar.
Declaração de inidoneidade
para licitar ou contratar.
Declaração de inidoneidade
para licitar ou contratar.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.4. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.5. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.6. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade, quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

10.7. As sanções mencionadas no quadro podem ser aplicadas cumulativamente com multa.

10.8. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas.

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10. A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.12.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.12.2. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.12.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);
- III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.15. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

10.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

10.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

10.17. É admitida a reabilitação do licitante ou Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.18. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.19.

11. GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

11.5. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

11.6. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

11.7. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

11.8. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

11.9. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

11.10. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

12.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produzir os resultados acordados,

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) A apresentação do Manifesto de Transporte de Aterro comprovando o descarte no Aterro;

b)O atendimento do Serviço Prestado na Frequência, Condições e Prazo estabelecido neste Instrumento.

12.2. Recebimento

12.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50)

12.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.4.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.4.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.4.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.6. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.7. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

12.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

12.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

12.10. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.14. Liquidação

12.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.16. o prazo de validade;

12.17. a data da emissão;

12.18. os dados do contrato e do órgão contratante;

12.19. o período respectivo de execução do contrato;

12.20. o valor a pagar; e

12.21. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade,

proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sites oficiais.

12.29. Prazo de Pagamento

12.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

12.31. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

12.32. Forma de Pagamento

12.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.36. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.2. Exigências de habilitação

13.2.1. Previamente à celebração do contrato ou instrumento equivalente, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

13.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.2.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

13.2.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

13.2.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

13.2.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.2.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.2.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.2.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

13.3. **Habilitação jurídica**

13.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.3.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.3.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

13.3.6. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

13.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.4.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

13.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

13.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

13.5.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

13.5.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

13.5.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69](#), caput, inciso II)

13.5.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} + \frac{\text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.5.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

13.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

13.5.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#)).

13.5.8.

13.6. **Qualificação Técnica:**

13.6.1. Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

13.6.2. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

13.6.3. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

13.6.4. Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

13.6.5. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

13.6.6. Certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

13.6.7. Licença de operação do **IDEMA** (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN) com validade vigente, para a prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos (orgânicos e Comum).

13.6.8. Autorização da **URBANA** (Companhia de Serviços Urbanos de Natal) para transporte de resíduos orgânicos e comum para aterro Sanitário licenciado.

13.6.9. Indicação do aterro Sanitário onde serão dispostos os resíduos, bem como, comprovação da sua regularidade, por meio de comprovante de credenciamento pelos Órgãos de Meio ambiente.

13.6.10. A licitante deverá apresentar o comprovante de vistoria técnica, feita e assinada por servidor da unidade e ratificada pelo representante legal da empresa, objetivando evitar alegações posteriores, por parte do vencedor da licitação, de que a proposta oferecida é incompatível, em função de desconhecimento da real situação do objeto.

13.6.10.1. A vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, ressalvado o disposto no item 14.26 - **VISTORIA PARA CONTRATAÇÃO**.

1. Certificações e Licenças

- **Licença Ambiental:** A empresa deve possuir licença ambiental e sanitária emitida pelo órgão ambiental competente, autorizando a realização de atividades de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, conforme
- **Certificação ISO: Preferencialmente,** a empresa deve possuir certificação ISO 14001 (Gestão Ambiental) e ISO 9001 (Gestão da Qualidade), garantindo que segue padrões reconhecidos de gestão ambiental e de qualidade.

2. Experiência Comprovada

- **Histórico de Atuação:** A empresa deve apresentar um histórico comprovado de atuação na área de coleta, transporte e destinação de resíduos, incluindo contratos anteriores com outros órgãos públicos ou privados de similar porte e natureza.
- **Referências:** Fornecimento de cartas de referência de clientes anteriores, atestando a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

3. Capacidade Operacional

- **Equipamentos e Veículos:** A empresa deve apresentar uma lista detalhada de veículos e equipamentos utilizados na coleta e transporte de resíduos, incluindo caminhões de coleta, compactadores e outros dispositivos relevantes. Todos os equipamentos devem estar em conformidade com as normas técnicas e de segurança.
- **Manutenção de Equipamentos:** Evidências de que os equipamentos e veículos são mantidos regularmente e estão em boas condições de funcionamento.

4. Recursos Humanos

- **Qualificação da Equipe:** A empresa deve fornecer informações sobre a qualificação e experiência de sua equipe técnica, incluindo motoristas, operadores de equipamentos e outros profissionais envolvidos na operação.
- **Treinamento Contínuo:** Planos de treinamento contínuo para os funcionários, especialmente em relação às práticas de segurança, gestão ambiental e conformidade com as regulamentações vigentes.

5. Planejamento e Gestão de Serviços

- **Plano de Gerenciamento de Resíduos:** A empresa deve apresentar um plano detalhado de gerenciamento de resíduos, incluindo estratégias para coleta, transporte, tratamento e destinação final, bem como medidas para minimizar os impactos ambientais.
- **Sistema de Monitoramento:** Implementação de um sistema de monitoramento e controle de todas as etapas do processo, incluindo rastreamento dos resíduos desde a coleta até a destinação final.

6. Conformidade Legal e Regulamentar

- **Adequação às Normas:** A empresa deve demonstrar conformidade com todas as normas e regulamentações federais, estaduais e municipais aplicáveis à gestão de resíduos sólidos urbanos.
- **Segurança do Trabalho:** Implementação de políticas e práticas rigorosas de segurança do trabalho, garantindo a proteção dos trabalhadores envolvidos na coleta e transporte de resíduos.

7. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

- **Práticas Sustentáveis:** Evidências de práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis, como programas de reciclagem, redução de resíduos e uso eficiente de recursos.
- **Responsabilidade Social:** Iniciativas de responsabilidade social que demonstrem o compromisso da empresa com a comunidade e o meio ambiente.

8. Avaliação de Riscos e Planos de Contingência

- **Avaliação de Riscos:** A empresa deve realizar avaliações periódicas de riscos associados à coleta, transporte e destinação de resíduos, desenvolvendo planos de mitigação apropriados.
- **Planos de Contingência:** Desenvolvimento e implementação de planos de contingência para situações de emergência, garantindo a continuidade do serviço e minimizando impactos adversos.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de coleta e transporte, e disposição final dos resíduos **Orgânico e Comum - Grupo D, conforme RDC 222/2018 - doc. id 27531978**, de acordo com as Leis, os Decretos e as Resoluções e Normas do Município, do Estado e da União.

Descrição da Solução: Prestação de Serviços de Coleta e Destinação de Lixo Comum para Unidades Hospitalares

Objetivo: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns gerados nas unidades hospitalares, garantindo a conformidade com as normas sanitárias e ambientais, assegurando a saúde pública e a preservação do meio ambiente.

Escopo dos Serviços:

Coleta de Resíduos:

Coleta regular dos resíduos comuns produzidos pelas unidades hospitalares, incluindo papel, plástico, vidro e outros materiais não perigosos.

Implementação de um cronograma de coleta que atenda às necessidades das unidades, visando minimizar o acúmulo de resíduos.

Transporte:

Transporte seguro e eficiente dos resíduos coletados, utilizando veículos adequados que atendam às normas de segurança e saúde.

Acompanhamento da rota de coleta e entrega à destinação final, garantindo a rastreabilidade.

Destinação Final:

Destinação adequada dos resíduos coletados em aterros sanitários ou centros de triagem, conforme a legislação vigente.

Garantia de que os resíduos sejam tratados de forma a mitigar impactos ambientais.

Atendimento às Normas Legais:

Cumprimento rigoroso das legislações locais, estaduais e federais relacionadas à gestão de resíduos sólidos e à saúde.

Fornecimento de documentação que comprove a destinação correta dos resíduos.

Educação e Treinamento:

Realização de capacitação para os funcionários das unidades hospitalares sobre a gestão adequada dos resíduos, promovendo melhor segregação na fonte.

Implantação de campanhas educativas para conscientização sobre a importância da correta disposição de resíduos.

Vantagens da Solução:

Conformidade Legal: Apoio na adequação às exigências legais sobre a gestão de resíduos, evitando penalidades.

Saúde e Segurança: Melhoria no ambiente hospitalar, reduzindo riscos de contaminação e oferecendo maior segurança aos colaboradores e pacientes.

Sustentabilidade: Implementação de práticas que favorecem a sustentabilidade ambiental, reduzindo o impacto dos resíduos hospitalares no meio ambiente.

Eficiência: Solução logística otimizada que garante eficiência na coleta e destinação, minimizando custos operacionais.

CrITÉrios de Seleção da Empresa:

Experiência e referências no setor de prestadores de serviços de gestão de resíduos, especialmente em ambientes hospitalares.

Certificações ambientais e de segurança que comprovem a capacidade de operar dentro das exigências legais.

Proposta financeira competitiva, que respeite o orçamento das unidades hospitalares sem comprometer a qualidade do serviço.

Conclusão: A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de coleta e destinação de lixo comum para unidades hospitalares é uma solução essencial para garantir a conformidade legal, a segurança dos pacientes e funcionários, e a proteção do meio ambiente. A implementação desta solução visa a construção de um ambiente hospitalar mais saudável e sustentável, contribuindo para a saúde da população e do planeta.

DEMOSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios almejados residem em contribuir para a prática de ações que visem o desenvolvimento sustentável, no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estejam integrados à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como ao direito dos indivíduos à cidadania e à qualidade de vida.

Pretende-se minimizar os riscos ocupacionais, definidos a partir da Portaria nº 3 214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, em suas Normas Regulamentadoras - NR de Medicina e Segurança do Trabalho.

O uso racional e responsável dos recursos econômicos (pessoas e materiais), sem escassez que comprometa a qualidade do serviço, e sem excesso que torne onerosa a contratação (desperdício), constituem outros resultados esperados com a contratação.

Outrossim, a proposta mais vantajosa é a que representa o menor sacrifício de recursos, com maximização dos resultados e minimização dos custos incorridos (economicidade/eficiência), alcançadas as metas colimadas e atendida a necessidade demandada (eficácia/efetividade).

15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

15.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

15.1.1. Adotar as práticas de otimização de recursos e diminuição da poluição, quando couber, e realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados;

15.1.2. Seguir as normas de gerenciamento de resíduos, saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do trabalho e emprego;

15.1.3. Obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de ozônio - SDOs, abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente, CFCs, Halons, CTC e tricloretoano);

15.1.4. Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;

15.1.5. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar desperdício;

15.1.6. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

15.1.7. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes às ações de redução de consumo de energia e água;

15.1.8. Minimizar a emissão de ruído dos equipamentos diversos que forem utilizados no serviço;

15.1.9. Fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

15.1.10. Destinar os resíduos para aterros que obedeçam às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às resoluções da CONAMA;

15.1.11. Apresentar plano estratégico para a redução de emissões de gases estufa ou outros poluentes da frota e ainda apresentar as ações para mitigar os efeitos danosos ao meio ambiente;

15.1.12. Entregar, juntamente com a fatura, ao Gestor do Contrato, o certificado de destinação ambientalmente adequada;

15.1.13. A empresa contratada deverá dar prioridade para aquisição e utilização de produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei n. 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);

Leis e Regulamentações

15.2. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde – NR 32 (Ministério do Trabalho);

15.3. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;

15.4. Lei Federal nº. 11.445/2007 - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;

15.5. Lei Federal 12.305/2010 - Plano Nacional de Resíduos Sólidos: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

15.6. Lei Federal nº. 9605/98: Dispõe sobre crimes ambientais;

15.7. LEI Nº 10.077, de 13 de julho de 2016: Dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências;

15.8. Lei 11.669/2024: Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências;

15.9. Lei Municipal nº. 6.880/2019: Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Natal;

15.10. Resolução CONAMA nº 01/86;

15.11. Resolução CONAMA nº. 237/1997;

15.12. Resolução CONAMA nº 275/01;

15.13. Normas da ABNT NBR 7039/87;

15.14. NBR 9190/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – classificação;

15.15. NBR 9191/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – especificação;

15.16. NBR 9195/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – determinação da resistência à queda livre.

15.17. NBR 10004/04: Classificação de Resíduos Sólidos- Terminologia;

15.18. NBR 11174/90: Armazenamento de Resíduos Inertes e Não Inertes;

15.19. NBR 12980/93: Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos;

15.20. NBR 13055/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – determinação de capacidade volumétrica;

15.21. NBR 13056/93: Filmes plásticos para saco de acondicionamento de lixo;

15.22. NBR 13332/02: Coletor-compactador de resíduos sólidos e seus principais componentes;

15.23. Aplica-se ainda, normas estabelecidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), pelo Comando Aéreo da Força Aérea Brasileira (COMAER), Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEMURB, e por entidades reguladoras de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

15.24. Subcontratação

15.25. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria para contratação

15.26. As empresas interessadas em participar do certame deverão realizar vistoria nos locais de prestação dos serviços, ocasião na qual será visada a declaração de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução (ANEXO II), bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços;

15.27. A vistoria deverá ser realizada em dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta feira;

15.28. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Ofício de chamamento deste Termo de Referência, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para o encerramento dos envios das propostas;

15.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes, somente com as comprovações das vistorias realizadas.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento de contrato e seus anexos;

- 16.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 16.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 16.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento de contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 16.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Instrumento de contrato;
- 16.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Instrumento de contrato;
- 16.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 17.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 17.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 17.1.2. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento de contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 17.1.3.
- 17.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 17.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso prevista, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 17.1.6. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste instrumento de contrato;
- 17.1.7. Fornecer as balanças para pesagem aferidas nos seus veículos para fins de controle junto aos órgãos competentes;
- 17.1.8. Não contratar, durante a vigência do instrumento de contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 17.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 17.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 17.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 17.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 17.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 17.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 17.3. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 17.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.5. Manter durante toda a vigência do instrumento de contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 17.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do instrumento de contrato;
- 17.7. Cumprir rigorosamente as especificações e prazos definidos neste Termo;

18. RESCISÃO CONTRATUAL

- 18.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

19. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 19.1. As condições para alteração de eventuais contratos e preços são as mesmas previstas tanto no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2023, quanto no Decreto Estadual nº 32.449/2023.
- 19.2. Cabe à Contratada aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem

no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.
19.3.

20. **ANEXOS**

ANEXO 1 - LOCAIS DE COLETA

UNIDADES	ENDEREÇO
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMGW)	Avenida Senador Salgado Filho, S/Nº - Tirol - Natal/Rn, Cep: 59015-000
Hemocentro Dalton Barbosa Cunha (HEMONORTE)	Avenida Alexandrino De Alencar, Nº 1800 - Tirol - Natal/Rn - Cep: 59015-350
Hospital Geral Dr. João Machado (HGJM)	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1700 - Tirol - Natal /Rn - Cep: 59015-350
Hospital Dr. José Pedro Bezerra (HJPB)	Rua Araguari, S/Nº, Potengi - Natal/Rn, Cep: 59110-390
Hospital Maria Alice Fernandes (HMAF)	Rua Pedro Alvares Cabral - S/Nº Parque Dos Coqueiros - Natal/Rn, Cep: 59115-000
Hospital Drª Giselda Trigueiro (HGT)	Rua Cônego Monte, Nº 110 - Quintas - Natal/Rn, Cep: 59037-170
Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada do Rio Grande do Norte (CERAE/RN)	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1900 - Tirol - Natal /Rn - Cep: 59015-350

ANEXO II

TERMO DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu representante, o(a) Sr(a) _____, RG _____ e CPF _____, DECLARA, para fins de participação na Licitação do Processo nº 00610014.001645/2024-17, que conheceu e vistoriou os postos de trabalho, correspondentes aos serviços da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte-SESAP/RN, respectivamente, tomando conhecimento de sua configuração para a execução dos serviços objeto desta Licitação e de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do objeto. Declara ainda que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à correta formulação da proposta, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços ou acréscimo dos preços.

Natal/RN, ____ de ____ de ____.

Assinatura do representante da empresa
Assinatura do responsável

Natal/RN, 21 de agosto de 2024

Marco Antônio França de Oliveira - SCS/COADI - mat. 90.987-4
Monaliza Vanessa de Brito Gondim Moura Medeiros - CAS - - mat. 216.874-0
Kalianna Kelly Cosme Gomes - CAS mat. 209.285-9

Ratifico o Termo de Referência apresentado pela Equipe de Planejamento acima,

(assinado eletronicamente)

Lyane Ramalho Cortez

Secretária de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO FRANCA DE OLIVEIRA, Subcoordenador(a) Substituição Legal**, em 21/08/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KALIANNA KELLY COSME GOMES, Enfermeira**, em 21/08/2024, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MONALIZA VANESSA DE BRITO GONDIM MOURA MEDEIROS, Enfermeira**, em 22/08/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LYANE RAMALHO CORTEZ, Secretária de Estado da Saúde Pública**, em 22/08/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28604931** e o código CRC **3FAF5441**.



**RIO GRANDE
DO NORTE**

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

A N O S

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.saude.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00610014.001839/2024-12

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** - Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por sua titular, Dra. **Lyane Ramalho Cortez** CPF 792.061.234-91, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação dos **serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222 DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA - (Orgânico e Comum)**, doc. id. 27531978, originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte localizadas no **município de Natal/RN**, descritas no **Anexo I**, conforme exigências e especificações deste instrumento;

1.2. Descrição do objeto:

Item	Descrição	Catser	Medida	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade Estimada Anual
01	Contratação de empresa para execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA (Orgânico e Comum), a ser executado por caminhão coletor de lixo apropriado, de resíduos originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte localizadas no município de Natal/RN. Hemonorte - 3.500 kg/mês - 42.000 kg/ano CERAE - 1.500 kg/mês - 18.000 kg/ano Hosp. Geral João Machado - 13.000 kg/mês - 156.000 kg/ano Hosp. Giselda Trigueiro - 15.000 kg/mês - 180.000 kg/ano Hosp. José Pedro Bezerra - 30.000 kg/mês - 360.000 kg/ano Hosp. Maria Alice Fernandes - 20.000 kg/mês - 240.000 kg/ano Hosp. Mons. Walfredo Gurgel - 50.000 kg/mês - 600.000 kg/ano	14265	KG	133.000	1.596.000

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em ____/____/____ e adjudicação do Certame Licitatório - **Pregão Eletrônico nº ____/____** - Processo nº 00610014.001839/2024-12.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O contrato terá vigência pelo período de 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Considerando que os serviços aqui contratados serão prestados de forma contínua e que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da SESAP, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público, bem como o cumprimento da missão Institucional. Portanto, esta contratação caracteriza-se como Serviços Continuados, conforme art. 6º, XV da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO

4.1. RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.1.1. A EMISSÃO da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

4.1.2. No primeiro dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

4.1.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação solicitada, da seguinte forma:

4.1.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

4.1.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato em até três dias úteis;

4.1.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

4.1.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

4.1.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciando deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

4.1.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

4.1.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

4.1.11. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, obedecendo às seguintes diretrizes:

4.1.12. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

4.1.13. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

4.1.14. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

4.1.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

4.1.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.2. LOCAL DE COLETA E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.2.1. A coleta dos resíduos deverá ser executada porta a porta em todas as unidades indicadas no ANEXO 1 - LOCAIS DE COLETA, com frequência de retirada diária pela CONTRATADA, **de segunda-feira a sábado, no período diurno, compreendido entre 06:00 às 18:00 horas**, exceto feriados e quando o Aterro Sanitário localizado na cidade de Ceará-Mirim não estiver em funcionamento, com a utilização de caminhões coletores apropriados, que a transportará ao Aterro Sanitário que deverá ser licenciado pelos Órgãos competentes, atendendo as exigências definidas pelas Leis, Normas, Decretos e suas atualizações, que regulamentam a prestação de serviços;

4.3. COLETA, TRANSPORTES, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS:

4.3.1. Os coletores de lixo deverão atender a quantidade e qualidade mínima exigida para execução do Serviço, devendo ser fornecidos de acordo com a NBR - ABNT 15.911;

4.3.2. No momento da coleta deverá ser aferida a medição do peso dos resíduos com comprovantes individuais para cada gerador;

4.3.3. Caso a empresa esteja impossibilitada de executar os serviços nos dias previstos, não será permitida a interrupção por mais de 24 (vinte e quatro) horas para a execução dos mesmos, ainda que recaia em dias de feriados civis ou religiosos;

4.3.4. Quanto aos colaboradores, deverão estar devidamente uniformizados, e cumprir todas as normas de segurança do trabalho em vigor. É obrigatório o uso dos EPIs e EPCs;

4.3.5. Fica a cargo da contratada a indicação da balança utilizada na aferição dos serviços, que deverá ser aprovada junto ao órgão competente (a balança deverá ter laudo de aferição emitido por órgão oficial com periodicidade semestral comprovando a calibração em garantia da mesma);

4.3.6. O fornecimento das balanças é de total responsabilidade da contratada;

4.3.7. O manuseio, reparo ou troca dos coletores é de total responsabilidade de contratada;

4.3.8. Na identificação de imperfeições, danos, avaria ou quebra dos coletores, relatada pela equipe de fiscalização, a Contratada será notificada, tendo o prazo máximo de 5 (cinco) dias para substituição ou consertos dos itens danificados;

4.3.9. A Contratada deverá disponibilizar de forma permanente 2 coletores reservas para eventuais substituições dos titulares, caso seja necessária troca imediata;

4.4. **INFORMAÇÕES GERAIS**

4.4.1. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS:

4.4.1.1. Os resíduos de saúde ser transportados em veículos da empresa contratada, adequados, segundo as normativas, para transporte dos itens constantes neste contrato de acordo com cada especificidade e garantindo a segurança do meio ambiente e dos operários até o destino final, onde será tratado e depositado em aterro sanitário apropriado e devidamente licenciado, de responsabilidade da Contratada;

4.4.1.2. Os veículos e demais equipamentos necessários à execução dos serviços ora contratados deverão ser adequados e suficientes para atendimento da contratação objeto deste expediente, sendo que as marcas, modelos e outras, características não solicitadas neste Contrato, ficam a critério da contratada;

4.4.1.3. Os veículos e equipamentos deverão apresentar-se dentro da legalidade e em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento, durante a execução do contrato.

4.4.2. PESSOAL

4.4.2.1. Competirá à contratada a admissão e demissão de pessoal dentro das exigências das leis trabalhistas, necessários à prestação dos serviços;

4.4.2.2. Os funcionários devem se apresentar aos serviços devidamente uniformizados, capacitados à realização das especificidades das atividades e munidos de equipamentos de segurança e de todos os materiais necessários à execução dos serviços.

4.4.3. PLANEJAMENTO

4.4.3.1. A Contratada deverá executar o plano proposto na presente contratação, não se admitindo modificações posteriores sem a prévia autorização da SESAP/RN;

4.4.3.2. Os horários e frequência pré-estabelecidos dos serviços deverão ser rigorosamente obedecidos;

4.4.3.3. Compete à contratada comunicar aos geradores dos resíduos e aos fiscais de contrato as irregularidades encontradas;

4.4.3.4. Persistindo as irregularidades a empresa deverá comunicar o fato às Secretarias do Meio Ambiente e da Saúde.

5. **CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.5. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

5.6. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

5.7. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

5.8. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

5.9. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

5.10. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

6. CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1. Critérios de Medição

8.2. A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produzir os resultados acordados,

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) A apresentação do Manifesto de Transporte de Aterro comprovando o descarte no Aterro;

b) O atendimento do Serviço Prestado na Frequência, Condições e Prazo estabelecido neste Instrumento.

8.3. Recebimento

8.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50).

8.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.3.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.3.8. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.3.9. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

8.3.10. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.3.11. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.3.12. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.3.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.4. Liquidação

8.4.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.4.2. o prazo de validade;

8.4.3. a data da emissão;

8.4.4. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.4.5. o período respectivo de execução do contrato;

8.4.6. o valor a pagar; e

8.4.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.4.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.4.11. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.4.12. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.4.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.4.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa e ao contraditório.

8.4.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

8.5. Prazo de pagamento

8.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.5.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

8.5.3. Forma de Pagamento

8.5.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. CLÁUSULA NONA - REAJUSTE

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

9.2. No caso de formalização de contrato:

9.2.1. os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

9.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e media solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos índices, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.3. Conforme processo 00610073/200868/2024-42, caso não seja indicado um índice no Contrato que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBRE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

9.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.2.5. No caso de atraso na divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento de contrato e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;

10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento de contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Instrumento de contrato;

10.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Instrumento de contrato;

10.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

11.1.2. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento de contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.1.3.

11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso prevista, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.6. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste instrumento de contrato;

11.1.7. Fornecer as balanças para pesagem aferidas nos seus veículos para fins de controle junto aos órgãos competentes;

11.1.8. Não contratar, durante a vigência do instrumento de contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

11.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

- 11.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.3. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 11.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.5. Manter durante toda a vigência do instrumento de contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 11.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do instrumento de contrato;
- 11.7. Cumprir rigorosamente as especificações e prazos definidos neste Termo;

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 12.1. Conforme Termo de Referência.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1. A Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 13.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 13.3. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- 13.4. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do [caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 13.5. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do [caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do [caput do referido artigo](#) que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.6. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade, quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

13.7. As sanções mencionadas no quadro podem ser aplicadas cumulativamente com multa.

13.8. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas.

13.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.10. A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.12.2. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.12.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.15. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

13.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste contrato.

13.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

13.17. É admitida a reabilitação da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.18. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade:

15.1.2. Fonte de Recursos:

15.1.3. Programa de Trabalho:

15.1.4. Elemento de Despesa:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1. As condições para alteração de eventuais contratos e preços são as mesmas previstas tanto no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2023, quanto no Decreto Estadual nº 32.449/2023.

17.2. Cabe à Contratada aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)
Lyane Ramalho Cortez
Secretária de Estado da Saúde Pública do RN

(assinado eletronicamente)

Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

ANEXO I

ANEXO 1 - LOCAIS DE COLETA

UNIDADES	ENDEREÇO
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMGW)	Avenida Senador Salgado Filho, S/Nº - Tirol - Natal/Rn, Cep: 59015-000
Hemocentro Dalton Barbosa Cunha (HEMONORTE)	Avenida Alexandrino De Alencar, Nº 1800 - Tirol - Natal/Rn - Cep: 59015-350
Hospital Geral Dr. João Machado (HGJM)	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1700 - Tirol - Natal /Rn - Cep: 59015-350
Minuta de Contrato 28648315 SEI 00610014.001839/2024-12 / pg. 38	

Hospital Dr. José Pedro Bezerra (HJPB)	Rua Araguari, S/Nº, Potengi - Natal/Rn, Cep: 59110-390
Hospital Maria Alice Fernandes (HMAF)	Rua Pedro Alvares Cabral - S/Nº Parque Dos Coqueiros - Natal/Rn, Cep: 59115-000
Hospital Drª Giselda Trigueiro (HGT)	Rua Cônego Monte, Nº 110 - Quintas - Natal/Rn, Cep: 59037-170
Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada do Rio Grande do Norte (CERAE/RN)	Avenida Alexandrino de Alencar, Nº 1900 - Tirol - Natal /Rn - Cep: 59015-350

ANEXO II

TERMO DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu representante, o(a) Sr(a) _____, RG _____ e CPF _____, DECLARA, para fins de participação na Licitação do Processo nº 00610014.001645/2024-17, que conheceu e vistoriou os postos de trabalho, correspondentes aos serviços da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte-SESAP/RN, respectivamente, tomando conhecimento de sua configuração para a execução dos serviços objeto desta Licitação e de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do objeto. Declara ainda que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à correta formulação da proposta, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços ou acréscimo dos preços.

Natal/RN, ____ de ____ de ____.

ANEXO III

GESTORES E FISCAIS

(A ser inserido na formalização do Contrato)

UNIDADES	GESTOR	MATRÍCULA	FISCAL	MATRÍCULA
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMWG)				
Hemocentro Dalton Barbosa Cunha (HEMONORTE)				
Hospital Geral Dr. João Machado (HGJM)				
Hospital Dr. José Pedro Bezerra (HJPB)				
Hospital Maria Alice Fernandes (HMAF)				
Hospital Drª Giselda Trigueiro (HGT)				
Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada do Rio Grande do Norte (CERAE/RN)				



Documento assinado eletronicamente por ANNA LARISSA DE OLIVEIRA COELHO MEDEIROS, **TAS/Administradora**, em 23/08/2024, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28648315** e o código CRC **7D35F197**.



**RIO GRANDE
DO NORTE**
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 00610014.001839/2024-12

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, realizado em cumprimento ao artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, com vistas a colher informações e analisar a viabilidade técnica da contratação pretendida, qual seja, **prestação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA (Orgânico e Comum)**, originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte localizadas no **município de Natal/RN**.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização da Demanda (id. 27531973),

Contratação de empresa para execução de **serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA (Orgânico e Comum)**, a ser executado por caminhão coletor de lixo apropriado, de resíduos originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte localizadas no **município de Natal/RN, para atender as necessidades das Unidades Hospitalares e de Referência da Capital, conforme descrição no item 3.**

A contratação de uma empresa para a prestação de serviços de coleta de lixo comum para as unidades hospitalares é fundamental por várias razões:

Saúde Pública: O lixo hospitalar, se não gerenciado adequadamente, pode representar um risco à saúde pública, contribuindo para a propagação de doenças e infecções. A coleta regular do lixo garante que os resíduos não se acumulem e não causem problemas de saúde para pacientes, funcionários e visitantes.

Conformidade Legal: A legislação determina normas específicas para o manejo de resíduos, especialmente em unidades de saúde. A contratação de uma empresa especializada assegura que as diretrizes e regulamentações sejam cumpridas, evitando multas e sanções legais.

Eficiência Operacional: Empresas especializadas têm conhecimento técnico e equipamentos apropriados para realizar a coleta de forma eficiente. Isso resulta em um melhor gerenciamento do espaço físico das unidades hospitalares e na otimização dos processos internos.

Descarte Adequado: Além da coleta, estas empresas geralmente oferecem soluções para o descarte adequado dos resíduos, alinhando-se às melhores práticas ambientais e reduzindo o impacto ambiental.

Segurança: A presença de profissionais treinados na coleta de materiais potencialmente perigosos reduz o risco de acidentes e contaminações, garantindo a segurança dos trabalhadores e demais pessoas que transitam pelas unidades de saúde.

Foco nas Atividades Essenciais: Ao terceirizar a coleta de lixo, as unidades hospitalares podem concentrar seus esforços e recursos nas atividades principais de atendimento ao paciente, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

Relatórios e Monitoramento: Empresas especializadas muitas vezes oferecem relatórios detalhados sobre a coleta e o descarte de resíduos, o que permite às unidades hospitalares monitorar o volume de lixo gerado e seu tratamento, contribuindo para um melhor planejamento e gestão de recursos.

Economia de Recursos: A terceirização pode resultar em economia de custos a longo prazo, ao evitar a necessidade de treinar e manter uma equipe interna dedicada exclusivamente à coleta de lixo.

Portanto, a contratação de uma empresa para a prestação de serviços de coleta de lixo comum é uma necessidade vital para a manutenção da saúde e segurança nas unidades hospitalares, além de garantir o cumprimento das normas regulatórias e a proteção do meio ambiente.

Resolução anexa aos autos.

3. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa da quantidade para a contratação foi realizada com base na estimativa mensal e anual produzida nas unidades, fornecida no processo SEI nº 00610014.001615/2024-19, sendo:

Hemonorte - 3.500 kg/mês - 42.000 kg/ano

CERAE - 1.500 kg/mês - 18.000 kg/ano

Hosp. Geral João Machado - 13.000 kg/mês - 156.000 kg/ano

Hosp. Giselda Trigueiro - 15.000 kg/mês - 180.000 kg/ano

Hosp. José Pedro Bezerra - 30.000 kg/mês - 360.000 kg/ano

Hosp. Maria Alice Fernandes - 20.000 kg/mês - 240.000 kg/ano

Hosp. Mons. Walfredo Gurgel - 50.000 kg/mês - 600.000 kg/ano

RESÍDUOS (ORGÂNICO E COMUM)

Serviço	Unidade	Quantidade Estimativa Mensal	Quantidade Estimativa Anual
Contratação de empresa para execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos - V (Orgânico e Comum), - Grupo D, conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 - ANVISA a ser executado por caminhão coletor de lixo apropriado, de resíduos originários das Unidades Hospitalares e de Referência da Rede de Saúde Pública do Estado do Rio	KG	133.000	1.596.000

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação será dado após realização da pesquisa mercadológica. No entanto, ao atual contrato nº 84/20 (Id. 22048815) foi atribuído o valor total estimativo de **R\$ 233.085,36 (duzentos e trinta e três mil, oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos)**. Ressaltando que o valor em referência é do exercício de 2020 e não foi reajustado, bem como as quantidades foram acrescidas em função ampliação da estrutura dos hospitais da rede pública do Estado.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Como regra geral, exige-se o parcelamento do objeto sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável (inciso II do art. 47 da Lei 14.133/21).

A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula nº 247, transcrita a seguir:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante.

Sob outro ângulo, a divisão do objeto por itens ou lotes, com a possível ampliação da quantidade de contratos, revela-se administrativa e economicamente desinteressante, pelas seguintes razões:

a) centralização da responsabilidade num único contratado, para execução da solução em lugares diferentes, racionaliza o acompanhamento e a fiscalização contratual, facilitando o controle detectivo de problemas e a proposição e o monitoramento de soluções;

b) além da vantagem operacional, os recursos econômicos despendidos na gestão do contrato único, por certo, são menores que os que seriam exigidos para o controle de vários ajustes, trazendo a unicidade contratual como uma vantagem econômica para a Administração;

c) alcançar o maior número possível de interessados no objeto licitado e evitar a repetição do procedimento, considerando o baixo custo estimado da contratação;

Verifica-se, pois, que o não parcelamento não trará prejuízo para solução como um todo, e encontra amparo no princípio da eficiência (caput do art. 37, da CF/88) e economicidade (art. 71, da CF/88).

Ademais, a decisão de parcelar ou não a contratação de uma empresa para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos - lixo comum, deve levar em consideração diversos fatores.

Como a SESAP possui um orçamento limitado, o parcelamento pode ser uma opção viável para distribuir os custos ao longo do tempo, evitando impactos financeiros significativos em um único período. Por outro lado, se a empresa contratada oferece descontos ou condições especiais para pagamento à vista, pode ser mais vantajoso optar por essa modalidade.

Além disso, é importante considerar a qualidade dos serviços prestados pela empresa, sua reputação no mercado, a capacidade de cumprir prazos e a garantia de destinação adequada dos resíduos. Esses aspectos devem ser avaliados para garantir a eficiência e a sustentabilidade das operações de gestão de resíduos.

6. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

6.1. Através da Portaria 1046, de 12/05/2023 (id. 21800430) foi facultada no ano de 2013 a elaboração do Plano de Contratações Anuais (PCA) e Plano de Contratações Anual do Estado (PCAE) na Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte, tornando-se obrigatória a partir do ano subsequente.

Não obstante, a presente contratação encontra-se alinhada ao objetivo de garantia de atendimento integral aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS.

O Plano de Contratação Anual da SESAP foi elaborado e se encontra em fase de formalização de publicação.

O planejamento da referida licitação foi incluso no PCA/SESAP em fase de finalização para o exercício de 2025.

7. ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento dos riscos inclui os processos de planejamento, identificação, análise, planejamento de respostas, monitoramento e controle.

Como referência a ser utilizada na futura contratação por esta Secretaria, foi elaborado o MAPA de RISCOS (Anexo I), que descrevem os riscos que impactam durante o processo de contratação.

A análise de risco envolve a identificação, avaliação e mitigação dos riscos associados à ausência desse serviço essencial. Aqui estão os principais riscos e suas implicações:

1. Risco à Saúde Pública

Descrição: A acumulação de lixo comum, especialmente em áreas de saúde, pode criar condições insalubres, propiciando a proliferação de vetores de doenças, como ratos, moscas e mosquitos.

Impacto: Alto. A saúde da população pode ser gravemente afetada, com aumento de doenças infecciosas e outras condições de saúde.

Mitigação: Implementar um plano de contingência com soluções alternativas temporárias para a coleta e manejo do lixo.

2. Risco Ambiental

Descrição: O lixo não coletado pode contaminar o solo e as águas superficiais e subterrâneas, além de causar poluição do ar caso seja queimado irregularmente.

Impacto: Alto. A degradação ambiental pode ser severa, afetando a biodiversidade e a qualidade dos recursos naturais.

Mitigação: Estabelecer parcerias temporárias com empresas locais de reciclagem ou manejo de resíduos.

3. Risco Legal e Regulatório

Descrição: A falta de gerenciamento adequado de resíduos pode resultar em multas e sanções de órgãos ambientais e de saúde pública. Impacto: Alto. Penalidades financeiras e danos à reputação institucional podem ser significativos.

Mitigação: Revisar e cumprir todas as normativas regulatórias, buscando apoio jurídico para evitar ou minimizar penalidades.

4. Risco Operacional

Descrição: Sem a coleta adequada de lixo, o funcionamento das unidades de saúde pode ser comprometido, afetando o atendimento aos pacientes.

Impacto: Alto. A interrupção dos serviços de saúde pode levar a uma crise no atendimento à população.

Mitigação: Implementar medidas de emergência para o manejo temporário dos resíduos dentro das unidades de saúde.

5. Risco de Imagem e Reputação

Descrição: A percepção pública da ineficiência no gerenciamento de resíduos pode prejudicar a imagem da Secretaria de Saúde.

Impacto: Médio a Alto. A confiança da população e dos stakeholders pode ser abalada.
Mitigação: Comunicação transparente com a população sobre as medidas emergenciais e os esforços para resolver a situação.

6. Risco Financeiro

Descrição: A não contratação pode resultar em custos adicionais para resolver emergências ou mitigar outros riscos.
Impacto: Médio a Alto. Gastos imprevistos podem afetar o orçamento da Secretaria de Saúde.
Mitigação: Planejamento financeiro de contingência e busca por fontes de financiamento emergenciais.

7. Risco de Conformidade com Políticas de Saúde Pública

Descrição: A coleta e o descarte adequados de lixo são componentes cruciais das políticas de saúde pública.
Impacto: Alto. A não conformidade pode prejudicar a implementação de programas de saúde pública.
Mitigação: Colaboração com outras secretarias e instituições públicas para garantir a manutenção dos padrões de saúde pública.

A não contratação de uma empresa especializada para a coleta, transporte e incineração de lixo comum apresenta riscos significativos em várias dimensões, desde a saúde pública até a sustentabilidade financeira e ambiental. É crucial que a Secretaria de Saúde adote medidas proativas para mitigar esses riscos, buscando soluções temporárias e alternativas enquanto trabalha para resolver a contratação de longo prazo.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Adotar as práticas de otimização de recursos e diminuição da poluição, quando couber, e realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados;

Seguir as normas de gerenciamento de resíduos, saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do trabalho e emprego;

Obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de ozônio - SDOs, abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente, CFCs, Halons, CTC e tricloretoano);

- Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;
- Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar desperdício;
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- Repassar a seus empregados todas as orientações referentes às ações de redução de consumo de energia e água;
- Minimizar a emissão de ruído dos equipamentos diversos que forem utilizados no serviço;
- Fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Destinar os resíduos para aterros que obedeçam às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às resoluções da CONAMA;
- Apresentar plano estratégico para a redução de emissões de gases estufa ou outros poluentes da frota e ainda apresentar as ações para mitigar os efeitos danosos ao meio ambiente;

Entregar, juntamente com a fatura, ao Gestor do Contrato, o certificado de destinação ambientalmente adequada;

A empresa contratada deverá dar prioridade para aquisição e utilização de produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei n. 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos);

Além do Guia supramencionado, o objeto dessa licitação também deverá ser executado de acordo com o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PGRS;

Leis e Regulamentações

- Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde - NR 32 (Ministério do Trabalho);
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Federal nº. 11.445/2007 - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- Lei Federal 12.305/2010 - Plano Nacional de Resíduos Sólidos: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei Federal nº. 9605/98: Dispõe sobre crimes ambientais;

LEI Nº 10.077, de 13 de julho de 2016: Dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências;

- Lei 11.669/2024: Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Lei Municipal nº. 6.880/2019: Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Natal;
- Resolução CONAMA nº 01/86;
- Resolução CONAMA nº. 237/1997;
- Resolução CONAMA nº 275/01;
- Normas da ABNT NBR 7039/87;
- NBR 9190/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo - classificação;
- NBR 9191/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo - especificação;
- NBR 9195/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo - determinação da resistência à queda livre.
- NBR 10004/04: Classificação de Resíduos Sólidos- Terminologia;
- NBR 11174/90: Armazenamento de Resíduos Inertes e Não Inertes;
- NBR 12980/93: Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos;
- NBR 13055/93: Sacos plásticos para acondicionamento de lixo - determinação de capacidade volumétrica;
- NBR 13056/93: Filmes plásticos para saco de acondicionamento de lixo;
- NBR 13332/02: Coletor-compactador de resíduos sólidos e seus principais componentes;

Aplica-se ainda, normas estabelecidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) , pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), pelo Comando Aéreo da Força Aérea Brasileira (COMAER), Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEMURB, e por entidades reguladoras de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria para contratação

As empresas interessadas em participar do certame deverão realizar vistoria nos locais de prestação dos serviços, ocasião na qual será visada a declaração de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução (ANEXO II), bem como de todas as

informações necessárias à formulação da sua proposta de preços;

A vistoria deverá ser realizada em dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta feira;

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Ofício de chamamento deste Termo de Referência, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para o encerramento dos envios das propostas;

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes, somente com as comprovações das vistorias realizadas.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após uma busca por soluções que pudessem fomentar a demanda apresentada para contratação de apoio administrativo, a equipe de planejamento deparou-se com possíveis tipos, quais sejam:

- a) **Solução 1:** Contratação de empresa privada especializada em coleta de resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde.
- b) **Solução 2:** Solicitar uma parceria com outro órgão público.
- c) **Solução 3:** Execução dos serviço pelas unidades hospitalares.

10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Considerando as alternativas de mercado, entende-se como formato mais apropriado o apresentado por este estudo técnico.

Apresenta-se como solução mais adequada a "Solução 1" de terceirização da execução das atividades de coleta e transporte consistentes na remoção do lixo **Orgânico e Comum - Grupo D, conforme RDC 222/2018 - ANVISA - doc. id 27531978**, depositados em bombonas e outros recipientes apropriados, nas dependências do Contratante, até a Unidade de Tratamento ou disposição final, seguindo orientação de normas técnicas e regulamentares, através de contratação de empresa especializada, visto que a terceirização é adotada predominantemente pelas organizações públicas, inclusive por esta Secretaria.

Por sua vez, realizando um comparativo dos aspectos técnicos e econômicos das Soluções Identificadas, deve-se considerar os entraves burocráticos que surgirão numa parceria com outro órgão público, uma vez que os mesmos já tem definidos em seus contratos os locais e as quantidades especificadas de coletas e considerando-se que até o momento, o sistema de contratação junto ao setor privado tem satisfeito esta Secretaria, tanto no aspecto técnico quanto econômico.

Com relação a execução dos serviço pelas unidades hospitalares, mostra-se inviável pelo fato da falta de estrutura e pessoal habilitado para a ação, sendo que o investimento para aquisição, manutenção e operação dos maquinários seria bastante dispendioso e com grande probabilidade de insucesso pelas nuances que envolvem esse tipo de atividade.

Outrossim, embora serviço especializado, há grande oferta no mercado, revelando-se viável proceder a contratação por meio de prévia competição, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa.

Logo, face às peculiaridades do objeto, a terceirização da atividade é a única que se revela viável, dispensando alternativas que são incapazes de satisfazer a necessidade, vez que a Administração Pública prescinde da manutenção em seus quadros de servidores que realizem serviços desvinculados de sua finalidade principal, otimizando a gestão ao descentralizar a área-meio, sobretudo, em razão de sua limitada disponibilidade orçamentária e recursos humanos escassos, englobando os aspectos técnicos e econômicos.

Diante disso, os serviços de manuseio, transporte, e disposição final do resíduo são de grande importância para rede SESAP, contribuindo para os programas da qualidade e gestão do meio ambiente.

Justificativa Técnica

Capacidade Operacional: A empresa escolhida deve ter um histórico comprovado de capacidade operacional, com experiência na prestação de serviços de coleta de resíduos em áreas semelhantes. Isso inclui a disponibilidade de equipamentos adequados, frota de veículos e equipe treinada.

Tecnologia e Inovação: A incorporação de tecnologias, como sistemas de rastreamento de veículos e aplicativos de gestão de resíduos, pode otimizar as rotas de coleta, reduzir custos operacionais e melhorar a eficiência do serviço.

Sustentabilidade: A escolha deve priorizar empresas que adotam práticas sustentáveis, como a separação de resíduos recicláveis, compostagem e redução de resíduos. Isso favorece a proteção do meio ambiente e o cumprimento de legislações ambientais vigentes.

**** Segurança e Saúde**:** A empresa deve ter protocolos rigorosos de segurança e saúde para seus trabalhadores, garantindo a integridade física dos colaboradores envolvidos na coleta e manejo dos resíduos.

Adequação às Normas: A empresa deve seguir todas as normas técnicas e regulatórias relacionadas ao transporte e disposição final de resíduos sólidos, garantindo que as práticas estejam alinhadas às legislações municipais, estaduais e federais.

Justificativa Econômica

Custo-Benefício: É fundamental analisar o custo do serviço em relação à qualidade e à eficiência. A empresa deve oferecer uma proposta que equilibre um preço competitivo com um serviço de alta qualidade, evitando gastos adicionais com retrabalho ou multas.

Impacto Orçamentário: A contratação de uma empresa com uma gestão eficiente pode resultar em economia no longo prazo. Isso se dá pela redução de custos relacionados a problemas, como transbordamento de lixo, que pode gerar multas e prejuízos à saúde pública.

Planejamento Financeiro: Um contrato de longo prazo com condições favoráveis pode permitir um melhor planejamento orçamentário, evitando surpresas financeiras e garantindo a continuidade do serviço sem interrupções.

Geração de Emprego e Economia Local: A escolha de uma empresa local pode estimular a economia da região, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico da comunidade.

Riscos de Multas e Penalidades: A contratação de uma empresa com boa reputação e conformidade com as normas pode minimizar o risco de multas e penalidades, que poderiam impactar negativamente o orçamento e a imagem da administração pública.

Conclusão

A escolha de uma empresa de recolhimento de lixo comum deve ser baseada em uma análise criteriosa que leve em conta a capacidade técnica e a saúde financeira. Uma decisão bem fundamentada não apenas melhora a qualidade do serviço prestado, mas também garante a sustentabilidade financeira e ambiental a longo prazo. Essa análise deve ser documentada e apresentada de forma clara, enfatizando como a solução escolhida atende às demandas da comunidade e cumpre com as diretrizes de desenvolvimento sustentável.

1.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de coleta e transporte, e disposição final dos resíduos **Orgânico e Comum - Grupo D, conforme RDC 222/2018 - doc. id 27531978**, de acordo com as Leis, os Decretos e as Resoluções e Normas do Município, do Estado e da União.

Descrição da Solução: Prestação de Serviços de Coleta e Destinação de Lixo Comum para Unidades Hospitalares

Objetivo: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos comuns gerados nas unidades hospitalares, garantindo a conformidade com as normas sanitárias e ambientais, assegurando a saúde pública e a preservação do meio ambiente.

Escopo dos Serviços:
Coleta de Resíduos:
Coleta regular dos resíduos comuns produzidos pelas unidades hospitalares, incluindo papel, plástico, vidro e outros materiais não perigosos.
Implementação de um cronograma de coleta que atenda às necessidades das unidades, visando minimizar o acúmulo de resíduos.

Transporte:
Transporte seguro e eficiente dos resíduos coletados, utilizando veículos adequados que atendam às normas de segurança e saúde.
Acompanhamento da rota de coleta e entrega à destinação final, garantindo a rastreabilidade.

Destinação Final:
Destinação adequada dos resíduos coletados em aterros sanitários ou centros de triagem, conforme a legislação vigente.
Garantia de que os resíduos sejam tratados de forma a mitigar impactos ambientais.

Atendimento às Normas Legais:
Cumprimento rigoroso das legislações locais, estaduais e federais relacionadas à gestão de resíduos sólidos e à saúde.
Fornecimento de documentação que comprove a destinação correta dos resíduos.

Educação e Treinamento:
Realização de capacitação para os funcionários das unidades hospitalares sobre a gestão adequada dos resíduos, promovendo melhor segregação na fonte.
Implantação de campanhas educativas para conscientização sobre a importância da correta disposição de resíduos.

Vantagens da Solução:
Conformidade Legal: Apoio na adequação às exigências legais sobre a gestão de resíduos, evitando penalidades.
Saúde e Segurança: Melhoria no ambiente hospitalar, reduzindo riscos de contaminação e oferecendo maior segurança aos colaboradores e pacientes.
Sustentabilidade: Implementação de práticas que favorecem a sustentabilidade ambiental, reduzindo o impacto dos resíduos hospitalares no meio ambiente.
Eficiência: Solução logística otimizada que garante eficiência na coleta e destinação, minimizando custos operacionais.

Critérios de Seleção da Empresa:
Experiência e referências no setor de prestadores de serviços de gestão de resíduos, especialmente em ambientes hospitalares.
Certificações ambientais e de segurança que comprovem a capacidade de operar dentro das exigências legais.
Proposta financeira competitiva, que respeite o orçamento das unidades hospitalares sem comprometer a qualidade do serviço.

Conclusão: A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de coleta e destinação de lixo comum para unidades hospitalares é uma solução essencial para garantir a conformidade legal, a segurança dos pacientes e funcionários, e a proteção do meio ambiente. A implementação desta solução visa a construção de um ambiente hospitalar mais saudável e sustentável, contribuindo para a saúde da população e do planeta.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios almejados residem em contribuir para a prática de ações que visem o desenvolvimento sustentável, no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estejam integrados à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como ao direito dos indivíduos à cidadania e à qualidade de vida.

Pretende-se minimizar os riscos ocupacionais, definidos a partir da Portaria nº 3 214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, em suas Normas Regulamentadoras – NR de Medicina e Segurança do Trabalho.

O uso racional e responsável dos recursos econômicos (pessoas e materiais), sem escassez que comprometa a qualidade do serviço, e sem excesso que torne onerosa a contratação (desperdício), constituem outros resultados esperados com a contratação.

Outrossim, a proposta mais vantajosa é a que representa o menor sacrifício de recursos, com maximização dos resultados e minimização dos custos incorridos (economicidade/eficiência), alcançadas as metas colimadas e atendida a necessidade demandada (eficácia/efetividade).

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

No específico desta contratação, não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas e/ou interdependentes em uma licitação para a prestação de serviços de coleta de lixo comum podem envolver uma série de serviços e atividades que garantam a eficácia e a eficiência do processo de gestão de resíduos. A seguir, apresento algumas áreas que podem ser consideradas:

Transporte e Destinação de Resíduos:
Contratação de empresas para o transporte dos resíduos coletados até os locais de destinação final, como aterros sanitários ou unidades de tratamento.

Serviços de Limpeza Urbana:
Contratação de serviços relacionados à varrição de ruas, limpezas de praças, calçadas e áreas públicas, que são complementares à coleta de lixo.

Coleta Seletiva:
Implementação de serviços de coleta de lixo reciclável, que envolvem a separação e destinação de resíduos recicláveis, podendo ser realizada por meio de parcerias com cooperativas de catadores.

Manutenção de Equipamentos:
Contratação de serviços para manutenção e conservação das viaturas e equipamentos utilizados na coleta de lixo.

Educação Ambiental:
Programas de educação e conscientização junto à população sobre a importância da coleta de lixo e a correta separação dos resíduos.

Gestão de Resíduos Perigosos:
Se a coleta incluir resíduos considerados perigosos (por exemplo, resíduos de serviços de saúde), pode ser necessária uma contratação específica para o manuseio e destinação desses materiais.

Monitoramento e Avaliação:
Serviços de monitoramento do desempenho do serviço de coleta, que podem incluir tecnologia de geolocalização para rastreamento de rotas e análise de eficiência.

Descarte de Entulho e Resíduos de Construção:

Caso a licitação abranja áreas urbanas em crescimento, pode ser necessário incluir serviços relacionados ao descarte e transporte de entulhos e resíduos da construção civil.

Infraestrutura de Lixeiras e Pontos de Coleta:

Contratação de empresas para instalação e manutenção de lixeiras públicas, bem como de pontos fixos de coleta para resíduos volumosos ou especiais.

Ao elaborar a licitação, é fundamental garantir que todas essas interdependências sejam bem definidas e integradas, considerando não apenas a coleta em si, mas todo o ciclo de gerenciamento de resíduos que impacta a saúde pública e o meio ambiente. Além disso, é essencial que a contratação esteja de acordo com as legislações locais e normas ambientais vigentes.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

O não recolhimento e destinação correta do lixo comum em unidades hospitalares pode ter uma série de impactos ambientais negativos significativos. Entre esses impactos, podemos destacar:

1. Contaminação do Solo e da Água

Lixiviação: Resíduos hospitalares mal geridos podem liberar substâncias tóxicas e patogênicas no solo, contaminando lençóis freáticos e corpos d'água.

Produtos Químicos e Farmacêuticos: Medicamentos e produtos químicos descartados inadequadamente podem infiltrar-se no solo e na água, afetando a fauna e a flora local e contaminando a água potável.

2. Poluição do Ar

Queima Inadequada: A incineração inadequada de resíduos pode liberar poluentes tóxicos no ar, incluindo dioxinas e furanos, que são altamente prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Odor Desagradável: A decomposição de resíduos orgânicos pode gerar odores desagradáveis, afetando a qualidade de vida das pessoas nas proximidades.

3. Risco de Propagação de Doenças

Vetores de Doenças: Resíduos hospitalares mal geridos podem atrair vetores de doenças, como ratos, moscas e outros insetos, aumentando o risco de surtos de doenças infecciosas.

Material Infectante: Equipamentos médicos e materiais contaminados podem transmitir patógenos, colocando em risco a saúde pública.

4. Impacto na Fauna

Ingestão de Resíduos: Animais podem ingerir resíduos perigosos, como seringas e medicamentos, o que pode levar à intoxicação e morte.

Perda de Habitat: A disposição inadequada de resíduos pode destruir habitats naturais, afetando a biodiversidade local.

5. Impactos Estéticos e Sociais

Poluição Visual: O acúmulo de lixo hospitalar pode causar poluição visual, afetando a qualidade de vida das comunidades vizinhas.

Estigmatização: Áreas próximas a locais de descarte inadequado podem ser estigmatizadas, resultando em depreciação imobiliária e afastamento de atividades econômicas.

6. Desperdício de Recursos

Recicláveis e Compostáveis: Muitos resíduos hospitalares podem ser reciclados ou compostados, mas a falta de gerenciamento adequado leva ao desperdício desses recursos, contribuindo para o esgotamento de aterros sanitários.

7. Mudanças Climáticas

Emissão de Gases de Efeito Estufa: A decomposição de resíduos orgânicos em aterros sanitários libera metano, um potente gás de efeito estufa que contribui para o aquecimento global.

Conclusão

A gestão inadequada dos resíduos comuns em unidades hospitalares representa uma séria ameaça ao meio ambiente e à saúde pública. Para mitigar esses impactos, é crucial implementar práticas adequadas de coleta, separação, tratamento e destinação final dos resíduos. Isso inclui o uso de tecnologias apropriadas de tratamento, como autoclaves para resíduos infecciosos e a promoção de programas de reciclagem e compostagem para resíduos não perigosos. Além disso, é essencial sensibilizar e treinar os profissionais de saúde sobre a importância da gestão correta dos resíduos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A viabilidade de contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte e destinação de lixo comum para unidades hospitalares envolve uma série de considerações importantes. Aqui estão alguns pontos que podem ajudar na análise:

1. Regulamentação da Saúde e Limpeza

Normas da ANVISA: As empresas devem seguir as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para garantir que o transporte e a destinação do lixo hospitalar sejam realizados de maneira segura e em conformidade com as regulamentações.

Classificação do Resíduo: É importante identificar que tipo de resíduo está sendo transportado (lixo comum, recicláveis, perigosos) e assegurar que a empresa escolhida esteja habilitada para lidar com esses materiais.

2. Custos operacionais

Análise de Custos: É fundamental realizar uma análise detalhada dos custos envolvidos na contratação de uma empresa especializada. Isso inclui tarifas de transporte, taxas de destinação, possíveis taxas relacionadas ao licenciamento e autorização.

Comparação com internalização: Avaliar a viabilidade financeira de realizar esses serviços internamente versus a contratação de uma empresa terceirizada.

3. Capacidade da Empresa Contratada

Experiência e Reputação: Escolher uma empresa com experiência comprovada no setor e que possua boas referências de serviços prestados a unidades hospitalares.

Certificações: A empresa deve ter as devidas licenças e certificações para operar, incluindo as que garantem a segurança no manuseio de resíduos.

4. Logística e Eficiência

Rota e Frequência: Planejamento das rotas de coleta e a frequência dos serviços, garantindo a eficiência no transporte do lixo e a minimização do impacto na rotina das unidades hospitalares.

Pessoal Treinado: Verificar se a equipe da empresa é treinada para lidar com resíduos hospitalares e possui conhecimento sobre as normas de segurança.

5. Aspectos Ambientais

Destinação Final: A empresa deve garantir que os resíduos serão destinados de maneira correta e sustentável, respeitando as normas ambientais e minimizando impactos ao meio ambiente.

Relatórios e Transparência: A disponibilização de relatórios sobre a quantidade e a forma de descarte dos resíduos é crucial para a transparência e para o controle da gestão de resíduos hospitalares.

6. Contratação e Gestão do Contrato

Contratos e Garantias: Negociar cláusulas que garantam a prestação adequada do serviço, com prazos, multas e mecanismos de resposta em caso de falhas.

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser **VIÁVEL** a contratação da solução demandada.

16. ANEXOS

ANEXO I - MAPA DE RISCO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS									
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO				ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
RISCO	Fase	Descrição	Dano	Probabilidade	Grau de Impacto	Nível de aceitação de risco¹	Ações preventivas	Ações contingenciais	Responsável
R01	Planejamento	Ausência da formalização do Documento de Formalização da Demanda (DFD) que origina a contratação	Início de processo para contratação que não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo e esforços do requisitante que iniciou o processo	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD) pelo setor requisitante com a designação da equipe de planejamento antes de iniciar o planejamento da contratação	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R02	Planejamento	Equipe responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos, com consequente indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competição e aumento dos custos.	Média	Alto	Inaceitável	Capacitar os membros da Equipe de Planejamento da Contratação	Autoridade competente deve reavaliar a Equipe ou capacitar os membros de forma tempestiva	Gestor e Equipe de Planejamento da Contratação
R03	Planejamento	Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização)	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação.	Média	Alto	Inaceitável	No caso de contratações de maior risco, a equipe de planejamento executa as atividades de planejamento de forma mais exaustiva	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R04	Planejamento	Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos; ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação; ou levando a especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela equipe de planejamento	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
		Indefinição do	Estudos técnicos preliminares cujo conteúdo não permite atingir				Designação de equipe capacitada tecnicamente e empenhada em	Autoridade competente revisa os estudos	Equipe de

R05	Planejamento	conteúdo dos estudos técnicos preliminares	seu objetivo, com consequente desperdício de recursos (e.g., financeiro, pessoal) públicos. Utilização de modelos de execução do objeto e de gestão do contrato para os quais o órgão não está preparado, com consequente má gestão do contrato segundo as regras nele contidas e as consequências de uma má gestão contratual (e.g., pagamento por objetos sem qualidade)	Média	Alto	Inaceitável	realizar uma estudo pormenorizado de acordo com as necessidades da SESAP	preliminares para verificar o seu real atendimento às necessidades da SESAP	Planejamento da Contratação
R06	Planejamento	Aproveitamento de edital (ou adesão a uma ata de registro de preço) de outra instituição mais madura		Médio	Médio	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação avalia todas as condições estabelecidas no edital e decide se é possível cumpri-las e se são suficientes para que a instituição tenha sua necessidade atendida	Autoridade competente não aprova a adesão.	Equipe de Planejamento da Contratação
R07	Planejamento	Definição de requisitos da contratação insuficientes	Contratação de empresa que não atende à necessidade que originou a contratação, com consequente desperdício de recursos públicos	Média	Alto	Inaceitável	Equipe de planejamento da contratação elabora quadro com requisitos mínimos necessários para o atendimento das necessidades da SESAP, avaliando se as exigências que limitam a participação dos licitantes são realmente indispensáveis	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R08	Planejamento	Definição de requisitos da contratação indevidos	Limitação indevida da competição com consequente atraso na contratação	Média	Alto	Inaceitável	Equipe de planejamento da contratação elabora quadro com requisitos necessários para o atendimento das necessidades da SESAP, avaliando se as exigências realmente são devidas A equipe de planejamento da contratação deve se basear nos preços constantes no Painel de Preços do Governo Federal, não suficiente, poderá basear-se em contratações similares de outros órgãos e entidades públicas, sítios eletrônicos especializados e cotação com fornecedores	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R09	Planejamento	Mensuração incorreta dos preços dos serviços	Elevação de custos decorrente do incorreto levantamento dos preços mensurados	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é realmente divisível, levando em conta a especificidade do serviço a ser executado, a operacionalização da gestão e fiscalização durante a execução contratual e o possível aumento do custo	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Grupo Auxiliar de Compras
R10	Planejamento	Parcelamento do objeto da contratação	Aumento de custos através da contratação de várias empresas para o mesmo objeto; dificuldade no acompanhamento dos problemas e a verificação das suas causas, propiciando multiplicidade de esforços na gestão e fiscalização do contrato.	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é realmente indivisível, levando em conta a especificidade do serviço a ser executado, a operacionalização da gestão e fiscalização durante a execução contratual, a possível	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R11	Planejamento	Não parcelamento do objeto da contratação	Licitação com poucos fornecedores no processo licitatório e dependência de uma única empresa para um serviço indispensável	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária		Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação

			para a SESAP				dependência de uma única empresa e a avaliar a limitação da competitividade ocasionada pelo não parcelamento		
R12	Planejamento	Definição de resultados não realistas	Frustração do setor demandante, com consequente não atendimento da necessidade que gerou a contratação	Média	Médio	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação deve avaliar a possibilidade da contratação alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. Se a equipe de planejamento considerar que os resultados não são realistas, deve negociar com a área requisitante para ajustar as expectativas, planejando, assim, uma contratação viável	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R13	Planejamento	Inexistência de análise de risco	Desconsideração dos riscos existentes na contratação e gestão do contrato, com consequente impacto causado por todos os riscos desconsiderados.	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação elabora análise de risco da contratação e da gestão contratual	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R14	Planejamento	Análise de risco deficiente	Desconsideração de riscos relevantes, com consequente impacto causado por estes riscos	Média	Alto	Inaceitável	Equipe de planejamento da contratação elabora análise de risco aprofundada (e.g entrevistas com gestores, equipe de fiscalização do contrato anterior, visitas in loco às áreas a serem atendidas) da contratação e da gestão contratual	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R15	Planejamento	Termo de referência (TR) incompleto ou inconsistente	TR cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou a contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual, com consequente desperdício de recursos (e.g., financeiro, pessoal) públicos	Média	Alto	Inaceitável	Equipe de planejamento realiza levantamento das falhas verificadas nos contratos anteriores junto à gestão e fiscalização contratual; verifica todas as atividades necessárias ao bom desempenho e atendimento das necessidades da SESAP; bem como incluir no TR todos os direitos e deveres - tanto da contratante quanto da contratada - de forma clara e objetiva	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R16	Planejamento	Questionamentos quanto a exigências contidas no edital legais e legítimas, mas não usuais	Surgimento de questionamentos no certame (e.g., impugnações, recursos), com consequente paralisação do certame até que a exigência seja compreendida ou revista	Baixa	Médio	Aceitável	A equipe de planejamento da contratação inclui referência aos dispositivos legais e/ou jurisprudência que fundamenta a inclusão das exigências que não são usuais e têm maior risco de questionamentos	Pregoeiro e equipe de planejamento devem dar celeridade aos questionamentos levantados, quando for o caso, pelos licitantes e realizar a revisão das exigências impostas para adequá-las às orientações existentes na Administração Pública Federal	Equipe de Planejamento da Contratação / Pregoeiro
							Equipe de planejamento da contratação deve		

							definir, no modelo de execução do objeto, que: a) a interação entre o órgão e a contratada ocorra essencialmente por intermédio do preposto, com exceção de serviços que exijam interação direta entre os usuários do serviço e a contratada; b) aspectos relativos à relação contratual entre a contratada e seus funcionários (e.g. solicitação de férias e avaliação de desempenho individual) sejam tratados entre essas duas partes, sem interferência do órgão; c) definir claramente elementos que incluam a qualificação técnica necessária para assumir cada posto de serviço e os documentos que servirão para comprovar a qualificação exigida junto ao órgão; d) é vedado aos servidores públicos, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência, ou influência sobre a administração da contratada, ou comando direto sobre os funcionários		
R17	Planejamento	Definição de mecanismos que propiciem a ingerência da organização na administração da contratada	Caraterização de execução indireta ilegal, com consequente prática de ilícito trabalhista ante os entendimentos contidos na Súmula 331/TST	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação define método objetivo para quantificar a demanda buscando, sempre que possível, priorizar aspectos específicos da SESAP	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R18	Planejamento	Método subjetivo (ou ausência de método) para quantificar a prestação do serviço e suas obrigações	Pagamento por demandas não entregues e possível comprometimento da qualidade do serviço	Média	Médio	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de gestão do contrato cláusulas de penalidades observando as seguintes diretrizes: a) atrelar multas às obrigações da contratada estabelecidas no modelo de execução do objeto no TR; b) definir o rigor de cada multa de modo que seja proporcional ao prejuízo causado pela desconformidade;	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R19	Planejamento	Cláusulas de penalidades genéricas	Impossibilidade de aplicação de penalidades, com consequente impossibilidade de induzir o contrato a voltar a normalidade em caso de desconformidades na execução	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	c) definir a forma de cálculo da multa, de modo que seja o mais simples possível; d) definir o que fazer se as multas se acumularem (e.g. distrato); e) definir as condições para aplicações de glosas, bem como as respectivas	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação

							formas de cálculo		
R20	Planejamento	Valor estimado da contratação acima do valor previsto do orçamento da SESAP	Indisponibilidade orçamentária, com consequente impossibilidade de contratação	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento verifica junto à PROAD a informação sobre a disponibilidade orçamentária que comporte o valor máximo estimado para a contratação A equipe de planejamento da contratação, inclui no edital exigências de qualificação econômico-financeira, tais como: certidão negativa de falência ou recuperação judicial; balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social; comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um); entre outros Equipe de planejamento da contratação inclui exigência de apresentação de atestado para comprovação da qualificação técnica atentando à algumas diretrizes, por exemplo: a) deve-se explicitar as características relevantes do objeto que serão objeto de comprovação do atestado, não se devendo fazer descrições genéricas que podem deixar margem de dúvida quanto ao que deve ser comprovado; b) deve-se permitir o somatório de atestados nos casos em que a aptidão técnica das licitantes puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e vedar o somatório em caso contrário; c) não deve ser estabelecido limitação temporal para os atestados, ou seja, não se pode rejeitar atestado devido à sua antiguidade (mas deve-se exigir que o objeto do atestado tenha sido executado dentro de determinado prazo compatível com o prazo do contrato que se pretende firmar); d) não se pode estabelecer qualquer distinção entre atestados de serviços prestados a organizações públicas e a organizações privadas	Equipe de planejamento realiza adequação do objeto da contratação para adequa-la à disponibilidade orçamentária	Equipe de Planejamento da Contratação
R21	Seleção do Fornecedor	Empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto participando da licitação	Contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	Alta	Alto	Inaceitável	Equipe de planejamento da contratação inclui exigência de apresentação de atestado para comprovação da qualificação técnica atentando à algumas diretrizes, por exemplo: a) deve-se explicitar as características relevantes do objeto que serão objeto de comprovação do atestado, não se devendo fazer descrições genéricas que podem deixar margem de dúvida quanto ao que deve ser comprovado; b) deve-se permitir o somatório de atestados nos casos em que a aptidão técnica das licitantes puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e vedar o somatório em caso contrário; c) não deve ser estabelecido limitação temporal para os atestados, ou seja, não se pode rejeitar atestado devido à sua antiguidade (mas deve-se exigir que o objeto do atestado tenha sido executado dentro de determinado prazo compatível com o prazo do contrato que se pretende firmar); d) não se pode estabelecer qualquer distinção entre atestados de serviços prestados a organizações públicas e a organizações privadas	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro	Equipe de Planejamento da Contratação
R22	Seleção do Fornecedor	Atestado de capacidade técnica exigido determina comprovação de execução do objeto com características, prazo ou qualidade desproporcional do objeto que se deseja contratar	Limitação indevida da competição, ou interrupção do processo de contratação (e.g., mandado de segurança no poder judiciário, determinação dos órgãos de controle)	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	licitantes puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, e vedar o somatório em caso contrário; c) não deve ser estabelecido limitação temporal para os atestados, ou seja, não se pode rejeitar atestado devido à sua antiguidade (mas deve-se exigir que o objeto do atestado tenha sido executado dentro de determinado prazo compatível com o prazo do contrato que se pretende firmar); d) não se pode estabelecer qualquer distinção entre atestados de serviços prestados a organizações públicas e a organizações privadas	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação

R23	Seleção do Fornecedor	Empresas sem qualificação técnica adequada para a prestação de serviços de terceirização participando da licitação	Contratação de empresas incapazes de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	Média	Alto	Inaceitável	O pregoeiro deve exigir dos participantes do processo licitatório as documentações e atestados exigidos em edital e, quando for o caso, realizar diligências para averiguação da veracidade dos documentos enviados	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro	Pregoeiro
R24	Seleção do Fornecedor	Licitante vencedora apresenta proposta com valores dos serviços abaixo do mercado	Contratação de proposta que não espelha a realidade dos preços de mercado, ocasionando a não execução dos serviços na quantidade e/ou qualidade exigidas	Alta	Médio	Inaceitável	Equipe de planejamento deve descrever detalhadamente todo o modo de execução dos serviços que estão previstos no TR, para evitar que sejam cotados de maneira errônea pelos participantes da licitação. Elaborar, também, mapa de preços que servirá de orientação quanto aos valores dos itens exigidos	Pregoeiro deve realizar diligências para comprovar a veracidade dos preços elencados nas planilhas de custos dos licitantes	Equipe de Planejamento da Contratação / Pregoeiro
R25	Seleção do Fornecedor	Cláusulas de penalidade genéricas (ou sua ausência) para comportamentos inadequados das licitantes durante o pregão	Impossibilidade de aplicação de penalidades, com consequente impossibilidade de inibir comportamentos que retardam indevidamente o certame por parte das licitantes despreparadas	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Equipe de Planejamento inclui no instrumento convocatório as sanções previstas para os comportamentos tipificados no art. 155 da Lei 14.133/21, atentando para evitar cláusulas genéricas	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R26	Seleção do Fornecedor	Pregoeiro não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade (e.g., conhecimentos técnicos do objeto, conhecimentos jurídicos aprofundados)	Aceitação ou à recusa de propostas em desacordo com o edital, com consequente contratação de empresa incapaz e/ou inidônea para a execução do objeto	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Manter quadro de pregoeiros devidamente capacitados e atualizados com as jurisprudências e normas em geral no tocante ao processo licitatório	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo à CPL	Comissão Permanente de Licitação
R27	Seleção do Fornecedor	Não consultar todas as listas onde constam restrições para contratar com a Administração Pública	Contratar licitante com restrições, com consequente descumprimento da legislação, incluindo a possibilidade de ilícito penal	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Consultar, na etapa de julgamento, as listas elaboradas pelos Órgãos Governantes Superiores	A autoridade competente, ao verificar que o participante adjudicado não comprovou as exigências contidas no edital, não realiza a homologação e remete o processo ao Pregoeiro	Pregoeiro / Equipe de licitação
R28	Seleção do Fornecedor	Não instaurar procedimento administrativo para apurar condutas de licitantes que podem ser tipificadas no art. 155 da Lei 14.133/21	Existência de grande número de propostas não mantidas após a fase de lances, com consequente atraso no processo de contratação, aumento do custo administrativo e favorecimento de ambiente propício a conluio entre licitantes para fraude	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Pregoeiro solicita a instauração do procedimento administrativo para apuração dos casos em que o vencedor da fase de lances não é o adjudicatário do objeto do certame, indicando a conduta e as evidências de infração, ou apresenta as justificativas quando não ocorrer instauração do processo, devendo em ambos os casos documentar o ocorrido na ata de julgamento do pregão	Ao perceber a conduta, a autoridade que homologa o pregão instaura o processo citado, ante a omissão do pregoeiro	Pregoeiro / Equipe de licitação

R29	Seleção do Fornecedor	Ausência de clareza sobre data e hora dos eventos relacionados aos pregões eletrônicos	Impedimento de as licitantes praticarem atos no certame licitatório, com consequente afronta aos princípios da publicidade, transparência e isonomia	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	com clareza no sistema eletrônico que suporta a execução da licitação as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício	sobre data e hora dos eventos relacionados ao pregão, o mesmo informará nova data para abertura do respectivo evento, com antecedência mínima de 24 horas	Pregoeiro
R30	Seleção do Fornecedor	Avaliação do mérito do recurso durante a fase de intenção de recursos	Indeferimento de recurso em fase inapropriada e por agente público ilegítimo, com consequente retardo do fim do procedimento licitatório (ante a declaração de nulidade da decisão e necessidade de refazimento de todos os atos decorrentes do ato nulo) Demora no processo de contratação, gerando prejuízos ao andamento das atividades da Administração	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avalia somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação)	Pregoeiro deve rever os atos praticados, a fim de sanar os possíveis equívocos cometidos	Pregoeiro
R31	Seleção do Fornecedor	Licitação fracassada ou deserta		Baixo	Alto	Aceitação Intermediária	Inclusão de pré-requisitos dos licitantes e características dos produtos que forem essenciais ao objeto da licitação	Repetição da licitação com a devida revisão dos motivos que originaram o seu fracasso	Pregoeiro
R32	Gestão do Contrato	Ausência de acompanhamento e fiscalização concomitante à execução do contrato	Ocorrência de distorções na execução do serviço que somente serão detectadas posteriormente à ocorrência destes, prejudicando a qualidade da execução do serviço	Baixa	Médio	Aceitável	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in loco e diligências, quando aplicáveis, bem como forma de execução desses procedimentos	Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva	Equipe de Planejamento da Contratação
R33	Gestão do Contrato	Elementos básicos do contrato não estão claros de forma uniforme para as partes do contrato	Diferenças de entendimentos e expectativas entre as partes, com consequente atraso durante a execução do contrato devido à necessidade de esclarecer os pontos com entendimento divergente	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação prevê no modelo de execução do objeto que ocorrerá uma reunião de iniciação do contrato, imediatamente após a assinatura deste, com a presença das partes interessadas, para esclarecer os pontos fundamentais do Contrato, além de dispor de forma clara e objetiva os direitos e obrigações de ambas as partes	Gestão do Contrato e a equipe de planejamento realiza uma reunião extraordinária com a empresa e seu preposto a fim de esclarecer e todos os pontos inexatos previstos no Contrato	Equipe de Planejamento da Contratação / Gestão do Contrato
R34	Gestão do Contrato	Responsável pela gestão do contrato não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	Não fiscalização adequada dos serviços e obrigações contidas no TR, com consequente não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências.	Média	Médio	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação orientará o setor requisitante quanto às competências necessárias à gestão e fiscalização contratual, indicando cursos de formação para os responsáveis pela gestão contratual	Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva	Equipe de Planejamento da Contratação
R35	Gestão do Contrato	Falta de padronização na fiscalização contratual	Gestão e fiscalização deficiente, haja vista a multiplicidade de procedimentos utilizados pelos atores envolvidos em virtude da falta de padronização	Média	Baixo	Aceitável	A SESAP deve padronizar os procedimentos de gestão e fiscalização contratual por meio de documento interno que esteja alinhado	Gestão do contrato deve realizar reunião com todos os fiscais a fim de padronizar os procedimentos a	Gestão do Contrato

			como também a dificuldade de comunicação com a contratada gerada pelo mesmo motivo				às normas e melhores práticas na Administração Pública	serem executados pela fiscalização	
R36	Gestão do Contrato	Ausência de consequências para a contratada caso não mantenha as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação	Contratada não manter essas condições, com consequente retorno de todos os riscos que foram mitigados por meio dos critérios de habilitação e qualificação da licitação	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento da contratação inclui no TR: a) cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; b) cláusula de penalidade para o inadimplemento da cláusula acima (não manutenção das condições); c) cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração pela não manutenção das condições, além das penalidades já previstas em lei Equipe de planejamento incluirá no Termo de Referência cláusulas que obriguem a Contratada a apresentar, mensalmente ou por coleta, documentação comprobatória do local em que foi feita a destinação final dos resíduos coletados, devendo ainda manter as informações referentes a todas as coletas do contrato, para fins de fiscalização futura	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R37	Gestão do Contrato	Descarte irregular dos resíduos sólidos pela Contratada	Penalização da SESAP, na qualidade de co-responsável dos resíduos que gera, tendo em vista a infringência da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS (Lei Federal n. 10.305/10)	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento estuda a melhor solução para a presente licitação, solicitando da contratada a disponibilização de mais bombona/container, visando o atendimento personalizado a cada unidade hospitalar	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R38	Gestão do Contrato	bombona/container com a capacidade máxima excedida, gerando acúmulo de "lixo" na tampa e/ou no chão	Poluição visual e cheiro inadequado, influenciando diretamente as atividades das unidades hospitalares	Alto	Médio	Inaceitável	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, o que inclui a presença do fiscal (ou alguém por ele designado, na impossibilidade de sua ida) em todas as coletas executadas pela Contratada	O Gestor e/ou Fiscal do contrato identifica os locais com acúmulo indevido de resíduos sólidos e solicita bombonas ou coletas adicionais	Equipe de Planejamento da Contratação
R39	Gestão do Contrato	Contratada coleta apenas parte dos resíduos sólidos/Pesagem inadequada dos resíduos	Prejuízo financeiro para a SESAP que paga por KG	Médio	Médio	Aceitação Intermediária	Equipe de planejamento	O Gestor e/ou Fiscal do contrato acompanha e fiscaliza os serviços executados	Equipe de Planejamento da Contratação

R40	Gestão do Contrato	bombona/container apresentando algum tipo de inadequação (falta de tampa, ferrugem, furos no casco, dentre outros)	Possibilidade de contaminação ambiental pelo vazamento de chorume, além da propagação do mau-cheiro, fato que gera mal-estar entre os transeuntes	Médio	Médio	Aceitação Intermediária	incluirá no Termo de Referência cláusulas que obriguem a Contratada a efetuar troca dos equipamentos locados (bombona/container) quando estes apresentarem algum tipo de defeito	Autoridade competente não aprova o Termo de Referência (TR)	Equipe de Planejamento da Contratação
R41	Gestão do Contrato	Os gestores e fiscais dos contratos atuam sem nomeação formal	Questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação formal	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Autoridade competente nomeia previamente ao início da execução contratual os representantes da organização que atuarão na gestão e fiscalização do contrato, assim como seus substitutos eventuais	Autoridade competente identifica os gestores e fiscais de contratos que estão atuando sem portaria e emite tal documento imediatamente	SCS/GCON
R42	Gestão do Contrato	Gestor e/ou Fiscal do contrato não possui tempo suficiente para desempenhar as atividades	Não fiscalização adequada dos aspectos sob sua responsabilidade, com consequente não detecção de descumprimento de partes da avença com suas consequências	Média	Alto	Inaceitável	Autoridade competente que nomeia representantes da Administração para atuar na gestão/fiscalização dos contratos avalia se este possuirá tempo hábil para executar a atividade, considerando suas demais atribuições, avaliando ainda a necessidade de designar a atribuição em caráter de exclusividade e a quantidade (e complexidade) dos contratos em cuja gestão/fiscalização o designado já atua	Gestor e/ou Fiscal nomeado para atuar na gestão ou fiscalização contratual que não tenha tempo hábil para executar a atividade notifica formalmente autoridade que o designou do fato e, após notificação, a autoridade competente avalia o mérito e toma as providências necessárias	Gestão do Contrato
R43	Gestão do Contrato	Licitante não mantém a regularidade fiscal e trabalhista na fase de execução contratual	Prejuízos ao Erário e aos funcionários terceirizados em virtude dos descumprimentos das obrigações fiscais e trabalhistas Prejuízos à qualidade dos serviços contratados pela Administração Pública, dando disso, para atos de ingerência por parte da Administração Pública, uma vez que não há o representante da contratada para quem se deve reportar	Média	Alto	Inaceitável	Fiscal administrativo do contrato consulta mensalmente o Sicaf para verificar a adimplência das obrigações fiscais e trabalhistas.	Gestão do contrato apura as irregularidades verificadas e inicia processo administrativo para penalizar a empresa	Fiscal/ Gestão do Contrato
R44	Gestão do Contrato	Ausência de designação formal do preposto, por parte da empresa contratada	Prejuízos ao Erário e aos funcionários terceirizados em virtude dos descumprimentos das obrigações fiscais e trabalhistas Prejuízos à qualidade dos serviços contratados pela Administração Pública, dando disso, para atos de ingerência por parte da Administração Pública, uma vez que não há o representante da contratada para quem se deve reportar	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	A empresa contratada nomeia formalmente seu preposto, expressando os poderes e deveres em relação à execução do objeto.	Gestor do Contrato identifica o preposto que está atuando sem instrumento formal e solicita a designação do mesmo pela empresa contratada.	Gestão do Contrato/Contratado
R45	Gestão do Contrato	Ausência de recebimento provisório/definitivo do serviço, por parte da Administração Pública	O não recebimento de obra ou serviço, apesar de não excluir a responsabilidade civil do contratado, pode implicar em sua baixa qualidade	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Seguir as orientações previstas no TR sobre as formas de recebimento provisório e definitivo em todo serviço realizado, devendo o recebimento definitivo ser realizado em um período máximo de 15 dias.	Gestor/fiscal do contrato identifica o serviço e procede, imediatamente, a vistoria para seu recebimento definitivo	Gestor/Fiscal do Contrato
R46	Gestão do Contrato	Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na fiscalização contratual	Aceites provisórios e definitivos em objetos parcialmente executados ou não executados, com consequente pagamento indevido	Baixo	Alto	Aceitação Intermediária	A gestão contratual estabelece lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, de modo que os atores da fiscalização tenham um referencial claro para atuar na fase de fiscalização	Gestor do contrato revisa os atos praticados pela fiscalização a fim de atestar somente o que foi efetivamente executado	Gestor/Fiscal do Contrato

Marco Antônio França de Oliveira - SCS/COADI - mat. 90.987-4

Monaliza Vanessa de Brito Gondim Moura Medeiros - CAS - - mat. 216.874-0

Kalianna Kelly Cosme Gomes - CAS mat. 209.285-9



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO FRANCA DE OLIVEIRA, Subcoordenador(a) Substituição Legal**, em 21/08/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KALIANNA KELLY COSME GOMES, Enfermeira**, em 21/08/2024, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MONALIZA VANESSA DE BRITO GONDIM MOURA MEDEIROS, Enfermeira**, em 22/08/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28601262** e o código CRC **2421E18E**.